

DOMINGO - 29 DE NOVEMBRO DE 1992

Economia

& NEGÓCIOS

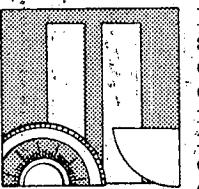
O ESTADO DE S. PAULO - 1

**A CONTA
DESCOMPLICADA
QUE RENDE**
Economia - Brasil

Reforma fica para depois do impeachment

Os ministros Haddad e Krause foram vencidos na proposta de anunciar ontem o programa de curto prazo

BEATRIZ ABREU



BRASÍLIA — O presidente em exercício, Itamar Franco, definiu sexta-feira, na mais longa reunião com sua equipe econômica e o líder do governo, Roberto Freire, que fará um pronunciamento à Nação com o anúncio do seu programa econômico, social e político após a aprovação do impeachment do presidente afastado, Fernando Collor. O entendimento adiou a divulgação, prevista para ontem, do programa econômico de curto prazo, que agora ganhará novas dimensões incluindo propostas do empresariado e medidas que amenizem os efeitos da recessão só-

bre a população de baixa renda.

"Depois do impeachment todos podem se preparar porque o presidente anunciará as medidas para enfrentar o efeito 'arrastão'", informou um dos participantes da reunião. O encontro de Itamar com os ministros da Fazenda, Gustavo Krause, do Planejamento, Paulo Haddad, da Previdência Social, Antônio Britto, e da Indústria e do Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, foi o ponto alto do governo nos seus quase 50 dias. "Foi uma reunião democrática, todos falam o que pensavam sobre todos os assuntos", contou um deles.

Foi feita também uma análise política das ações do governo até agora. Haddad e Krause foram vencidos na proposta de anunciar o programa econômico de curto prazo ontem por um argumento simples: o anúncio do

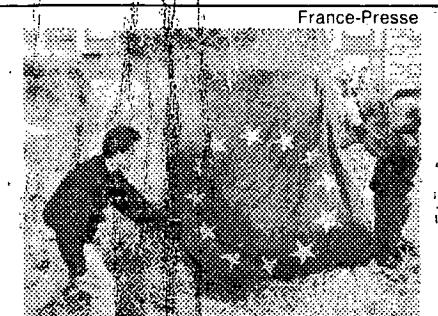
plano pressupõe que o governo é definitivo. E se o governo é definitivo o presidente não pode adiar mais o pronunciamento à Nação. Ou seja, aceitaram que se trata de um governo temporário até a aprovação do impeachment. Insatisfeito com a decisão, Haddad chegou a ameaçar pedir demissão.

A única exceção, por enquanto, é o encaminhamento, talvez ainda esta semana, da nova proposta de Lei de Privatização ao Congresso. Itamar recomendou à Consultoria Jurídica a modificação de dois pontos. Ele quer aumentar o limite para a participação dos trabalhadores na compra de estatais, fixado no projeto em apenas 10% do total do capital. Além disso, quer a introdução de novos mecanismos para que um maior volume de dinheiro ingresse diretamente com a

venda das estatais.

Itamar iniciou a reunião manifestando "sua angústia" com relação ao agravamento da crise social. Avisou que não gostaria de ver aprovado um programa que se limitasse a persistir em uma política de juros altos e continuidade da recessão.

Segundo os ministros, esta angústia persegue a todos. "A questão social não pode desorganizar a economia e sermos tentados a adotar um plano no modelo heterodoxo", alertou um ministro. Ao final foi decidido que não haverá choques ou controle de preços e o governo também não aprovará um programa "que se limite ao arroz com feijão de juro alto e recessão". Nos próximos 14 dias os ministros discutirão medidas para amenizar o efeito da recessão sobre os chamados "bolsões de pobreza".

**Conflito e risco**

A Comunidade Européia enfrenta o risco de desintegração às vésperas da grande unificação dos mercados. Carro-chefe do conflito, a França desafia americanos e alemães.

■ Detalhes na página 8